

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Salto Grande S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	22
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	22
7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	23
8. IMOBILIZADO	23
9. INTANGÍVEL.....	24
10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	26
11. FORNECEDORES	27
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS.....	28
14. TRIBUTOS	28
15. PROVISÕES.....	28
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
17. RECEITA.....	30
18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	31
19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	32
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	38
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Salto Grande S.A. (“Companhia” ou “Salto Grande”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CEMIG GERAÇÃO SALTO GRANDE

A Cemig Geração Salto Grande S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$405.268 mil, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$106.881 mil em 2021, em comparação ao resultado de R\$58.511 mil em 2020.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015.

A Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida a um ganho no resultado, no montante de R\$40.079.

Em razão disso, o resultado de 2021 foi significativamente superior ao de 2020.

Receita

A Cemig Geração Salto Grande S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na concessão da Usina Hidrelétrica Salto Grande, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 9/2016 – ME – UHE Salto Grande, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, 70% da garantia física de energia é alocada no regime de cotas e 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2021 foi de R\$85.419 mil, em comparação a R\$86.497 mil em 2020.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$90.360 mil em 2021 (R\$59.183 mil em 2020), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

O aumento da atualização financeira se deve pela variação do IPCA. Terminamos 2020 com uma inflação (IPCA) abaixo de 5%. Entretanto, chegamos ao fim de 2021 com uma inflação acima de 10%.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$36.869 mil em 2021 (R\$35.924 mil em 2020).

Apesar da redução dos custos com compra de energia para revenda, a Companhia teve um aumento nos custos com serviços de terceiros.

O contrato de prestação de serviço de operação e manutenção da usina teve seu início no segundo semestre de 2020, tendo uma despesa parcial lançada no resultado. Considerando que, em 2021, a despesa foi reconhecida durante todo o exercício, há uma percepção de aumento nos gastos com serviços de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$53.836 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,50% em relação ao resultado de R\$160.717 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R\$29.221 mil, representando 33,31% em relação ao lucro de R\$87.732 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$160.033 mil (R\$88.289 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 102,64% no mesmo período (71,20% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	106.881	58.511	82,67
Despesa com IR e CS	53.836	29.221	84,24
Depreciação e amortização	899	211	326,07
Resultado financeiro	(1.583)	346	-
LAJIDA	160.033	88.289	81,26

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei

14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos).

Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação(ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 a Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$106.881 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$5.344 mil para constituição de reserva legal;
- R\$26.000 mil de dividendos obrigatórios; e,
- R\$75.537 mil para constituição de reserva especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Salto Grande é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.413	1.623
Títulos e valores mobiliários	4	27.889	20.271
Consumidores e revendedores	5	10.198	11.270
Ativo financeiro da concessão	7	48.182	43.989
Outros créditos		25	140
TOTAL DO CIRCULANTE		87.707	77.293
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	5.736	4.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.144
Tributos compensáveis	6	2.642	256
Depósitos vinculados a litígios		48	-
Ativo financeiro da concessão	7	448.971	410.267
Imobilizado	8	17.264	4.830
Intangível	9	39.452	-
Direito de uso	10	79	149
Outros créditos		-	25
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		514.192	421.229
ATIVO TOTAL		601.899	498.522

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	1.268	8.997
Encargos regulatórios	12	1.610	1.320
Impostos, taxas e contribuições	14	2.540	944
Imposto de renda e contribuição social	14	34.821	26.038
Dividendos	16	43.793	7.793
Transações com partes relacionadas	21	948	1.016
Passivo de arrendamento	10	10	89
Outras obrigações		-	2
TOTAL DO CIRCULANTE		84.990	46.199
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	12	-	932
Imposto de renda e contribuição social	14	12.262	-
Passivo de arrendamento	10	73	67
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	3.798	3.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.133	4.636
TOTAL DO PASSIVO		101.123	50.835
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social		405.268	405.268
Reservas de lucros		95.508	42.419
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		500.776	447.687
PASSIVO TOTAL		601.899	498.522

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	17	155.924	124.002
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	18		
Encargos de distribuição		(3.037)	(1.936)
Energia elétrica comprada para revenda		(15.804)	(22.539)
		(18.841)	(24.475)
CUSTO	18		
Materiais		(255)	(147)
Serviços de terceiros		(10.171)	(5.771)
Depreciação e amortização		(821)	(142)
Outros custos		(17)	(17)
		(11.264)	(6.077)
CUSTO TOTAL		(30.105)	(30.552)
LUCRO BRUTO		125.819	93.450
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas gerais e administrativas		(5.142)	(4.122)
Outras despesas operacionais		(1.622)	(1.250)
		(6.764)	(5.372)
Ganho com ressarcimento do GSF		40.079	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		159.134	88.078
Receitas financeiras	19	2.095	970
Despesas financeiras	19	(512)	(1.316)
		1.583	(346)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		160.717	87.732
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(40.429)	(30.363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(13.407)	1.142
RESULTADO DO EXERCÍCIO		106.881	58.511
Resultado básico e diluído por ação – R\$		0,2637	0,1444

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	106.881	58.511
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	106.881	58.511

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	405.268	11.701	29.349	-	446.318
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0724 por ação)	-	-	(29.349)	-	(29.349)
Resultado do exercício	-	-	-	58.511	58.511
Dividendos intermediários (R\$0,0494 por ação)	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.926	-	(2.926)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0192 por ação)	-	-	-	(7.793)	(7.793)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0686 por ação)	-	-	27.792	(27.792)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	405.268	14.627	27.792	-	447.687
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0686 por ação)	-	-	(27.792)	-	(27.792)
Resultado do exercício	-	-	-	106.881	106.881
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	5.344	-	(5.344)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0642 por ação)	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Reserva especial	-	-	75.537	(75.537)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	405.268	19.971	75.537	-	500.776

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	106.881	58.511
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	821	142
Amortização do direito de uso (Nota 10)	78	69
Impostos diferidos (Nota 20)	13.407	(1.142)
Juros passivo de arrendamento (Nota 19)	14	19
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	161	3.637
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 7)	(90.360)	(59.183)
Ganho com ressarcimento do GSF	(40.079)	-
	(9.077)	2.053
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	1.072	(2.695)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(2.386)	(256)
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	47.463	45.085
Depósitos vinculados a litígios	(48)	-
Outros créditos	132	69
	46.233	42.203
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 11)	(7.729)	6.256
Impostos, taxas e contribuições (Nota 14)	1.596	(987)
Imposto de renda e contribuição social	40.387	30.515
Encargos regulatórios (Nota 12)	(642)	796
Transações com partes relacionadas (Nota 21)	(68)	105
Outras obrigações	1	84
	33.545	36.769
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	70.701	81.025
Imposto renda e contribuição social pagos	(31.604)	(32.352)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	39.097	48.673
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(8.796)	1.226
No imobilizado	(12.628)	(265)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(21.424)	961
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(17.793)	(49.349)
Arrendamentos pagos	(90)	(87)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(17.883)	(49.436)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(210)	198
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.623	1.425
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.413	1.623
	(210)	198

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Salto Grande S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.845/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Salto Grande da Cemig GT para a Cemig Geração Salto Grande S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 09/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Salto Grande possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física. Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Salto Grande, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.746/2020. Cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A Companhia teve prazo de extensão igual ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 09.

a) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 10 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um

contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros da concessão, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Consumidores e revendedores

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o

julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

e) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia

comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	89	588
Aplicações financeiras		
Overnight	1.324	1.035
TOTAL	1.413	1.623

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.634	3.294
Letras Financeiras Bancos - LFs	23.032	12.526
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.899	4.415
Debêntures	324	36
	27.889	20.271
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	5.657	4.408
Debêntures	79	150
	5.736	4.558
Total	33.625	24.829

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (entre 99,5% e 130% em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 21 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2021	2020
Fornecimento industrial	-	3.481	-	-	-	3.481	5.135
Suprimento a outras concessionárias	-	6.687	-	-	-	6.687	6.135
CCEE	-	30	-	-	-	30	-
Total	-	10.198	-	-	-	10.198	11.270

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Não circulante		
PIS/Pasep (1)	471	46
Cofins (1)	2.171	210
	2.642	256

- (1) Créditos oriundos, principalmente, da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Salto Grande, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Salto Grande para a Cemig Geração Salto Grande – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas”). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	454.256	440.158
Recebimentos	(47.463)	(45.085)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	90.360	59.183
Saldo final	497.153	454.256
Circulante	48.182	43.989
Não circulante	448.971	410.267

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de deprec. %	2021			2020		
		Valor bruto	Deprec. Acum.	Valor líquido	Valor bruto	Deprec. Acum.	Valor líquido
Em serviço		17.451	(445)	17.006	4.774	(251)	4.523
Custo Histórico	3,28%	17.451	(445)	17.006	4.774	(251)	4.523
Em curso		258	-	258	307	-	307
Geração		258	-	258	307	-	307
TOTAL AIC + AIS		17.709	(445)	17.264	5.081	(251)	4.830

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	4.774	-	-	12.677	17.451	12.677	(445)	17.006
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	-	-	-	175	-	(19)	156
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	12.677	17.276	12.677	(426)	16.850
Em curso	307	12.628	-	(12.677)	258	(49)	-	258
Total	5.081	12.628	-	-	17.709	12.628	(445)	17.264

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2021, a taxa média de depreciação anual foi de 3,28% (3,10% em 2020).

9. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em

relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração de sua controladora autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração de sua controladora da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$40.079, conforme tabela abaixo:

	Taxas anuais médias de amortização %	2021			2020		
		Valor bruto	Amort. Acum.	Valor líquido	Valor bruto	Amort. Acum.	Valor líquido
Em serviço		40.079	(627)	39.452	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		40.079	(627)	39.452	-	-	-
Em curso		-	-	-	-	-	-
Total		40.079	(627)	39.452	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2021	Amort. Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	40.079	40.079	(627)	39.452
Ativos da concessão - GSF	-	40.079	40.079	(627)	39.452
Em curso	-	-	-	-	-
Total	-	40.079	40.079	(627)	39.452

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Salto Grande	40.079			
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	133	133
Adição	76	-	76
Remensuração	2	7	9
Amortização	(3)	(66)	(69)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75	74	149
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(75)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79	-	79

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	139
Adição	76
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(82)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156
Juros incorridos	14
Arrendamentos pagos	(90)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Suprimento e transporte de energia	66	6.597
Materiais e serviços	1.202	2.400
TOTAL	1.268	8.997

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	129
Pesquisa Expansão Sistema Energético	38	54
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	76	107
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	603	577
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	893	1.385
	1.610	2.252
Circulante	1.610	1.320
Não circulante	-	932

13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que em 2016 a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$3.637 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$3.798. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

14. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2021	2020
Circulante		
ICMS	1	-
Cofins	1.705	460
PIS/Pasep	620	352
INSS	163	120
Outros	51	12
TOTAL	2.540	944

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	25.657	19.198
Contribuição social	9.164	6.840
	34.821	26.038
Não circulante		
Imposto de renda	9.016	-
Contribuição social	3.246	-
	12.262	-
TOTAL	47.083	26.038

15. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 há ações de natureza trabalhista no montante de R\$586 (R\$67 em 2020) e de relações de consumo R\$16 (R\$0 em 2020), cuja expectativa de perda é considerada possível. Adicionalmente, em 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$405.268, subscrito e integralizado, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2021	2020
Reserva legal	19.971	14.627
Reserva especial (Dividendos não distribuídos)	75.537	-
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	-	27.792
	<u>95.508</u>	<u>42.419</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$5.344 de reserva legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$75.537, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	106.881	58.511
Reserva legal	(5.344)	(2.926)
	101.537	55.585
Dividendo obrigatório	50.769	27.793
Reserva especial	75.537	-
Dividendos intermediários	-	20.000
Dividendos obrigatórios	26.000	7.793
Dividendos adicionais propostos	-	27.792
Total dos dividendos	26.000	55.585

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$106.881 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$5.344 para constituição de reserva legal;
- R\$26.000 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$75.537 para constituição de reserva especial.

17. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento industrial	37.548	3.836
Fornecimento não faturado - Industrial	3.481	-
Transações com energia na CCEE	5.244	13.205
Suprimento Cotas - Geração própria	85.997	80.991
Suprimento comercial - Geração própria	5.111	31.041
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	636	(2.626)
Suprimento não faturado - Geração própria	(5.135)	5.135
Realização do ativo financeiro da bonificação pela outorga	(47.463)	(45.085)
Fornecimento bruto de energia elétrica	85.419	86.497
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(2.762)
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	90.360	59.183
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(19.855)	(18.916)
	155.924	124.002

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes, vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Tributos sobre a receita		
ICMS	414	1.027
Cofins	12.698	10.783
PIS/Pasep	2.757	2.341
	15.869	14.151
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	444	440
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	444	440
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	222	220
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	776	912
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.100	2.753
	3.986	4.765
Total	19.855	18.916

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	2.610	2.412
Materiais	277	162
Serviços de terceiros (a)	12.701	7.482
Encargos de distribuição (b)	3.037	1.936
Energia elétrica comprada para revenda	15.804	22.539
Depreciação e amortização	899	211
Subvenções e doações	1.197	888
Outros custos e despesas operacionais líquidos	344	294
	36.869	35.924
Custo total	30.105	30.552
Despesa operacional	6.764	5.372
TOTAL	36.869	35.924

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Convênio de operação e manutenção	6.052	2.466
Manutenção, conservação e instalações	3.599	3.074
Tecnologia da informação	346	420
Vigilância	312	284
Conservação e limpeza de prédios	878	830
Meio ambiente	361	84
Consultoria	912	56
Outros	241	268
TOTAL	12.701	7.482

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de curto prazo – CCEE	1.790	17.349
Energia adquirida no ambiente livre	15.925	7.487
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.911)	(2.297)
	15.804	22.539

c) Encargos de distribuição

Referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da ANEEL.

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	1.722	932
Acréscimos moratórios de contas de energia	-	85
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre receita financeira	(124)	(47)
Atualização crédito PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	312	-
Outras	185	-
	<u>2.095</u>	<u>970</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	(161)	(875)
Outras variações monetárias	(47)	(32)
Juros passivo de arrendamento	(14)	(19)
Outras despesas financeiras	(290)	(390)
	<u>(512)</u>	<u>(1.316)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>1.583</u>	<u>(346)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	160.717	87.732
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	54.620	29.805
Contribuições e doações indedutíveis	407	302
Incentivos fiscais	(1.197)	(888)
Gratificações administradores	6	2
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	<u>53.836</u>	<u>29.221</u>
Alíquota efetiva	33,50%	33,31%
Corrente	40.429	30.363
Diferido	13.407	(1.142)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	948	1.016	-	-	(3.053)	(3.156)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	595	1.974	-	-	(6.323)	(2.466)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(3.320)
Dividendos	-	-	43.793	7.793	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	614	523	-	-	7.041	6.549	(3.412)	(2.135)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.324	1.035	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	27.889	20.271	-	-	420	176	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.736	4.558	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,57% em 31 de dezembro de 2021 (0,60% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	99	97
Participação nos resultados	18	32
Previdência privada	9	7
Planos de saúde e odontológico	1	1
Total	127	137

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	10.198	10.198	11.270	11.270
Títulos e valores mobiliários	2	17.647	17.647	8.321	8.321
Ativos financeiros da concessão	3	497.153	497.153	454.256	454.256
		524.998	524.998	473.847	473.847
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.324	1.324	1.035	1.035
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	1.634	1.634	2.216	2.216
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	11.445	11.445	9.877	9.877
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.899	2.899	4.415	4.415
		17.302	17.302	17.543	17.543
		542.300	542.300	491.390	491.390
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(1.268)	(1.268)	(8.997)	(8.997)
Arrendamentos (2)	2	(83)	(83)	(156)	(156)
		(1.351)	(1.351)	(9.153)	(9.153)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.215	4.782	-	-	-	8.997
Passivo de arrendamentos	1	2	8	44	208	263
TOTAL	4.216	4.784	8	44	208	9.260

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Salto Grande S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Guilherme Augusto Duarte de Faria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Salto Grande S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Salto Grande S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

**Demonstrações Financeiras 2021 - controladas**

CHAVE: 980D03BEA7D1C78E104E5DE17ACBD992A9DD5F78FECFA17D7ADD29100DFE9B07

Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Demétrio Alexandre Ferreira

demetrio@cemig.com.br

Assinado em: 20/05/2022 13:32:39 (BRT)

IP: 179.189.188.56

Geolocalização: -19.9181, -43.937

Assinatura Eletrônica
20/05/2022 16:32 UTC

523. ***-91
Demétrio Alexandre Ferreira

Mário Lúcio braga

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:25:24 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293071, -43.9505132

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC

469. ***-53
Mário Lúcio braga

José Guilherme Grigolli Martins

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:54:50 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:54 UTC

296. ***-77
José Guilherme Grigolli Martins

thadeu carneiro da silva

thadeu.silva@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:45:11 (BRT)

IP: 189.99.89.13

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:44 UTC

053. ***-69
thadeu carneiro da silva

Leonardo George de Magalhães

lgeorge@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:34:51 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:34 UTC

617. ***-20
Leonardo George de Magalhães

Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 10:12:40 (BRT)
Conclusão	20/05/2022 13:32:38 (BRT)